

# O PERCURSO POLÍTICO DE ARTUR MÜLLER E A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EM JARAGUÁ DO SUL (SC): "PORQUE DEUS É BRASILEIRO E, ACIMA DE TUDO, JARAGUAENSE"<sup>1</sup>

## THE POLITICAL TRAJECTORY OF ARTUR MÜLLER AND THE NATIONALIZATION CAMPAIGN IN JARAGUÁ DO SUL (SC): "BECAUSE GOD IS BRAZILIAN AND, ABOVE ALL, JARAGUAENSE"

Gabriel Simon Machado\*

### Introdução

Nos últimos 30 anos, a cidade de Jaraguá do Sul, polo industrial do norte catarinense, tem sido progressivamente tratada como tema de diversas pesquisas acadêmicas, seja no âmbito da sociologia<sup>2</sup>, do patrimônio cultural<sup>3</sup>, da arquitetura<sup>4</sup>, da educação<sup>5</sup> ou nos mais variados domínios da história<sup>6</sup>. Desta última, vale mencionar que, se Jaraguá do Sul não foi o assunto central,

a cidade foi significativamente citada em pesquisas historiográficas que tangenciam a emergência de elites políticas-empresariais ítalo e/ou teuto-brasileiras em Santa Catarina, e também o fenômeno da ascensão exponencial da Ação Integralista Brasileira (AIB) nas regiões de colonização alemã no sul do Brasil (Cavalett, 1998; Falcão, 2000; Wendland, 2012; Hackenhaar, 2014, 2019).

Por outro lado, estudos sobre a "Campanha de Nacionalização" e seus desdobra-

1 Expressão utilizada por Eugênio Victor Schmöckel, escritor, empresário e político udenista que sucedeu Artur Müller na direção do jornal *Correio do Povo* (CDP), em seu livro *Política, políticos, folclore & Cia.* – Coletânea de comentários publicados em jornais do interior do estado de Santa Catarina (1994, p.15).

\* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: simon.gabriel.hst@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4943-614X>

2 Cf.: GAEDTKE, K. M., 2011; e COIMBRA, M. G. L. B., 2013.

3 Cf.: KRAISCH, S. D., 2009; LOPES, S. M., 2013; CAMARGO, F. C. R., 2013; RIECHEL, D., 2014; GONÇALVES, B. L., 2021.

4 Cf.: SOTO, A. E. R., 2010.

5 Cf.: CAMPOS, S. S., 2004; EVANGELISTA, E., 2012; PIOTTO, C. O., 2018.

6 Cf.: SCHORNER, A. A., 2006.

mentos na cidade ainda são escassos e permanecem restritos a um trabalho de conclusão de curso de História sobre os “reflexos” da nacionalização do ensino (Kita, 1998) e a publicações sobre sociedades de atiradores, muitas vezes patrocinadas por empresas locais e/ou produzidas por autores associados econômica ou politicamente ao setor empresarial da cidade (Pfiffer; Kita, 2008; Schmöckel, 1994, 1995, 1997). Nestas últimas, a questão da “Campanha de Nacionalização” foi tratada de forma sumária, obscura e, muitas vezes, anedótica. Em certa medida, isso pode ser explicado pela condição de “tabu” ou “segredo” que caracteriza o tratamento da “memória integralista” pelas instituições públicas da cidade (Machado; Nedel, 2025), tendo em vista que, no caso de Jaraguá do Sul, a “Campanha de Nacionalização” não pode ser compreendida fora do processo de ascensão (exponencial) e queda (marcada por episódios de violência e perseguições) da AIB no município.

Na eleição municipal de Jaraguá, em 1936, como em muitos municípios catarinenses, os integralistas foram vencedores<sup>7</sup> e, dessa forma, produziram as condições, ainda que momentâneas, para o surgimento de alianças e conchavos entre seus opositores, representantes da elite político-empresarial da cidade que tradicionalmente se dividiam entre “republicanos” e “liberais”. No início da década de 1930, a grande maioria dos homens envolvidos com a política de

Jaraguá era de empresários representantes do setor comercial e industrial da região, majoritariamente imigrantes alemães e/ou seus descendentes teuto-brasileiros que detinham o controle das condições materiais e simbólicas de produção. De forma geral, a composição social dos principais candidatos a cargos políticos revela a existência de uma comunidade socialmente estratificada, edificada sobre relações sociais em que prevalecia a “origem comum” e o poder econômico, como forma de inserção na arena política e de produção de distinção social. Não por acaso, o grande contingente de agricultores e profissionais liberais (Schorner, 2006), antes da chegada do Integralismo, não participava da competição política. Nas raras exceções, lavradores e professores que se envolviam na política eram pequenos proprietários<sup>8</sup>.

Naquele contexto, constituía-se um espaço de tomada de posições altamente variável, onde imperava uma concepção de “política” como “política de comunidade”, atravessada por uma “matriz cultural” (Coradini, 2003), em que a etnicidade e elementos religiosos oriundos de um cristianismo conservador podem ser entendidos tanto como uma retórica quanto como um veículo organizatório nas relações de produção material e simbólica na cidade (Cunha, 1986). Dito de outra forma, as disputas da arena política jaraguense, na primeira metade do século XX, se traduzem em termos

7 No território catarinense foram eleitos oito prefeitos e 72 vereadores integralistas. Em Jaraguá, a AIB ganhou por larga margem, elegendo para prefeito o ex-republicano e militante da causa emancipacionista, Leopoldo Augusto Gerent, e os vereadores Francisco Mees, Ricardo Gruenwaldt, Emílio da Silva, Carlos Guenther, Ignácio Salomon e Lino Piazero (Schmöckel, 1997).

8 É este o caso de Leopoldo Augusto Gerent, lavrador e pequeno proprietário de engenho, e de Emílio da Silva, professor e dono de um pequeno comércio de secos e molhados. Os dois foram filiados ao PRC, sem grande destaque dentro do partido. Seus destaques nas disputas político-partidárias ocorrem somente quando se filiam à AIB. Em 1936, Gerent se tornou o primeiro prefeito eleito de Jaraguá, e Emílio da Silva, vereador na primeira legislatura da recém emancipada cidade (Machado, 2023).

de uma competição entre “famílias tradicionais” de ascendência germânica ou italiana, católicas e luteranas, cujos membros eram muitas vezes acionistas das mesmas empresas, pela ocupação de cargos públicos de prestígio e poder. Dessa forma, a despeito das formalidades “partidárias” em períodos de eleição, a “política de comunidade” pleiteava transformações que beneficiavam o desenvolvimento urbano e econômico da região, e se ancorava em princípios de legitimação que atravessavam praticamente todas as outras esferas e práticas sociais de Jaraguá, da economia aos “salões” e clubes desportivos, das igrejas às escolas, etc<sup>9</sup>.

A partir de 1934, ano da emancipação político-administrativa de Jaraguá e da fundação do primeiro núcleo da AIB na região, os políticos “tradicionais” da cidade e seus opositores integralistas, em sua maioria colonos e operários, travaram um embate constante. Esse conflito se manifestava principalmente através dos jornais, com trocas de acusações e denúncias. Após o pleito de 1936, no qual a Frente Única formada por liberais e republicanos foi derrotada, a situação se intensificou. Em 1937, com o estabelecimento do Estado Novo e a aliança política entre o governo estadual, comandado por Nereu Ramos, e os antigos republicanos de Jaraguá, começou uma campanha de contrapropaganda contra a AIB. Nesse contexto, criaram-se as condições para medidas mais drásticas contra os

“camisas-verdes”. Com o apoio de estruturas de poder locais, estaduais e federais (Falcão, 2000), foi gerada uma atmosfera favorável à repressão dos integralistas, que rapidamente resultou em episódios de violência na cidade<sup>10</sup>.

Em geral, nas regiões de colonização alemã o terreno das represálias foi preparado por meio da mobilização dos conflitos étnicos locais, escamoteado sob a bandeira da “nacionalização”, em vista do grande contingente de eleitores descendentes de imigrantes no sul do país. Sugere-se que esses conflitos, aparentemente culturais, são, na verdade, multidimensionais e impensáveis sem que se leve em conta a dimensão política, na qual elementos da cultura imigrante são mobilizados na legitimação de medidas autoritárias. Sob essa perspectiva, é possível perceber uma relação intercambiante entre os domínios da “cultura” e da “política” na região (Coradini, 2003), e compreender que a repressão ao Integralismo nas regiões de colonização alemã foi facilitada pela mobilização dos conflitos étnicos locais.

Segundo Clayton Hackenhaar (2019), com o advento do Estado Novo os interesses políticos de Nereu Ramos nortearam as ações da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, sugerindo que as perseguições ao Integralismo (assim como a outros de seus adversários políticos) objetivavam a manutenção do seu projeto de governança. Todavia, durante a “Campa-

9 Conforme Giralda Seyferth (1981, p. 214), “A nação alemã e, por extensão, a comunidade nacional ou étnica alemã não é definida politicamente, mas etnicamente: ela se compõe de pessoas que tem uma origem comum e uma cultura comum. A comunidade permeia tudo e nivela tudo”.

10 Segundo Schmöckel (1997), a partir de 1936, ao menos dois integralistas foram assassinados durante ações repressivas da polícia. Além disso, outro integralista de Jaraguá foi assassinado dentro do seu estabelecimento de trabalho pelo delegado da época. Conforme consta nas correspondências da Secretaria de Estado de Negócios da Segurança Pública, ao menos oito integralistas jaraguenses estiveram detidos sob a classificação de “presos políticos”. Cf.: Arquivo Nacional. Fundo/Coleção: Tribunal de Segurança Nacional. Série/Subsérie: Apelação. Notação: C8.0.APL.175, v.3 (p. 52).

na de Nacionalização”, iniciada no final de 1937, mas radicalizada a partir de 1939 (Seyferth, 1994), o autoritarismo de Estado não atingiu somente indivíduos ligados ao Integralismo. Como se sabe, o período da nacionalização da “Era Vargas” marcou o acirramento dos conflitos étnicos da região, de grupos identificados como “caboclos”, “brasileiros”, “alemães” e “italianos”, de forma que a população imigrante e seus descendentes tornaram-se vítimas do autoritarismo de Estado e de abusos cometidos por vizinhos, colegas de trabalho, igreja, etc (Fáveri, 2002).

Obra que se tornou referência nesse assunto, o livro *Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*, publicado em 2004 e atualmente em sua terceira edição<sup>11</sup>, explora as experiências cotidianas da população catarinense durante o período da Segunda Guerra Mundial, com foco na “Campanha de Nacionalização”. A autora, Marlene de Fáveri, utiliza uma variedade de fontes, incluindo correspondências, leis, ofícios, processos-crime e jornais, para investigar as estratégias de “resistência” e os múltiplos “papeis sociais” mobilizados pela população civil do estado. Alinhada com as renovações epistemológicas da historiografia em que se privilegiam as perspectivas de “sujeitos subalternos”, abordagem própria de um contexto de produções acadêmicas marcado pela primazia do subjetivo na esfera pública (Sarlo, 2007), Fáveri (2002) destrincha, pela via das “emoções” e da “memória”, o sofrimento e as táticas de “populares”<sup>12</sup> diante do autoritarismo do Estado

Novo. Entretanto, Fáveri tende a relegar a análise das estratégias das ditas “elites regionais” ou “locais” a um segundo plano.

No desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, orientados principalmente pela valorização temática das estratégias de resistência de “pessoas comuns”, poucas vezes prestou-se atenção às estratégias de reprodução de membros e frações da elite teuto-brasileira catarinense diante do autoritarismo do Estado Novo. Diante disso, com o intuito de ampliar as possibilidades de interpretação sobre a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina, o presente trabalho busca examinar algumas práticas de mediação política e cultural e, dessa forma, deslindar alguns dos recursos mobilizáveis e competências sociais exigidas nas disputas da arena política em contextos “locais”. Tomando o contexto jaraguense como referência, é possível sugerir que o exame detido no trajeto social de um empresário-político teuto-brasileiro da cidade, protagonista da “experiência nacionalizadora” e homem prenhe de relações com grupos dirigentes da política local e estadual, revela uma trama capaz de elucidar indícios consistentes sobre os condicionantes histórico-sociais das práticas de mediação política e cultural em Santa Catarina, na primeira metade do século XX.

A abordagem teórico-metodológica aqui empregada permite examinar a ação de indivíduos durante a Campanha de Nacionalização em termos de disposições assimiladas ao longo de suas vidas (Bourdieu, 1989, 2007, 2011). Entretanto, parte-se do pressuposto que as variações individuais nas prá-

11 Segundo o *Scholar Google*, a obra de Fáveri foi citada em 132 publicações acadêmicas. A última consulta foi feita em 09/11/2024.

12 Vale destacar que a autora não restringe sua análise às “táticas populares”, mas o exame das redes de influência e estratégias de “elites” aparecem de forma esporádica e superficial.

ticas e estratégias empregadas são moldadas pelos contextos políticos e sociais que, por sua vez, informam as práticas políticas e culturais adotadas pelos agentes. Nesse sentido, compreende-se que o comportamento humano varia conforme os contextos, em que diferentes disposições podem ser mobilizadas ou colocadas em reserva em resposta às determinadas configurações. Isto é, as disposições não são necessariamente mobilizadas de maneira uniforme e constante. Em vez disso, são ajustadas conforme o jogo de forças tanto internas (entre disposições mais ou menos cristalizadas) quanto externas (características objetivas da configuração) (Lahire, 2005).

A abordagem aplicada na presente análise procura se desviar da substancialização de categorias coletivas como “elites” e “partidos”, evitando reificá-las e torná-las objetos estáticos. Para tanto, o emprego da noção de “multinotabilidade” se torna indispensável para apreender a dinâmica regente nas disputas dos agentes políticos jaraguenses e, dessa forma, verificar a intersecção de diferentes domínios sociais na “produção de atributos e trunfos mobilizáveis nas lutas políticas” (Reis; Grill, 2017, p. 138).

Em termos de procedimentos, a análise consiste no exame dos itinerários de cargos e funções públicas ocupados por Artur Müller. Este exame inclui a análise do trabalho de administração das redes de relações políticas, sociais e pessoais que o empresário-político teuto-brasileiro cultivou ao longo de sua carreira. Nesse sentido, investiga as redes de relações e os recursos simbólicos e institucionais mobilizados, como a reputação e a investitura em cargos públicos e privados, em processos de mediação política e cultural (Grill, 2013).

Aqui, a mediação é vista como uma prática que não apenas conecta diferentes

esferas, mas também legitima a posição do mediador através da construção de uma imagem pública que reflete tanto os valores locais quanto as exigências do poder estatal (Wolf, 2003; Grill, 2013; Seidl, 2013). Nesse sentido, este estudo analisa como as estratégias de mediação se entrelaçam com as de reprodução social, considerando como o empresário-político utilizou suas redes e posições em associações e clubes para consolidar sua influência. Portanto, busca compreender as maneiras pelas quais o mediador em questão equilibrou seus interesses pessoais com uma missão pública, utilizando a mediação como um meio de promover tanto seu próprio prestígio quanto o da comunidade que representava.

Contando com a introdução, o presente trabalho se divide em seis seções. Num primeiro momento busca contextualizar econômica, demográfica e culturalmente a cidade de Jaraguá do Sul dentro de um recorte temporal específico (1920-1945). Em seguida, a análise se detém nos espaços de socialização, nas redes de influência e nos cargos ocupados por Artur Müller, desde a sua partida de Blumenau até sua chegada em Jaraguá. A quarta e quinta seção compreendem importantes embates políticos protagonizados por Müller, desde a emancipação de Jaraguá até as eleições de 1936. Na sexta seção, o enfoque recai sobre as manobras elaboradas por Müller durante o Estado Novo e a Campanha de Nacionalização. Nesta empreitada, serão utilizadas diversas fontes: leis, publicações de jornais, relatórios coloniais, correspondências, materiais de pesquisas genealógicas e biografias.

## 1. Reconstituindo o "velho" Jaraguá

A “Colônia” ou “Empreendimento Jaraguá” foi um projeto privado de colonização

das terras pertencentes à princesa Isabel e ao Conde D'Eu. O processo de repovoamento e reterritorialização foi impulsionado por diversas iniciativas empresariais. Entre os principais agentes estavam o Coronel Emílio Carlos Jourdan, fundador do primeiro engenho na região e responsável pela demarcação do território, a Companhia Hamburguesa de Colonização, a Agência de Colonização de Blumenau e, posteriormente, a firma Pecher & Cia (Silva, 2005). Com exceção dos imigrantes húngaros, boa parte do povoamento por colonos em Jaraguá “não se insere no quadro de colonização clássica, uma vez que [a cidade] não recebeu imigrantes vindos diretamente da Europa” (Schörner, 2006, p. 25). Muitos dos imigrantes da Colônia Jaraguá vieram de Blumenau e Joinville, que eram regiões “em um estágio adiantado de colonização e desenvolvimento” (p. 25).

Em decorrência de um processo de repovoamento e colonização marcado por diversas ondas migratórias na região do distrito de Jaraguá, sua população inicial foi constituída majoritariamente por imigrantes europeus e seus descendentes de primeira geração<sup>13</sup>. A maioria das famílias

de imigrantes que alcançaram significativo acúmulo de capital econômico, o qual foi posteriormente convertido em capital político, e que hoje são vistas como “tradicionais” ou “pioneiras” na história da cidade, era em grande parte compostas por comerciantes, e não por agricultores. Os “vendedores”, de acordo Ancelmo Schörner (2006), eram responsáveis pela troca das mercadorias produzidas pelos colonos no comércio regional, inseridos num sistema de “colônia-venda” que beneficiava os comerciantes em detrimento dos produtores rurais. Trata-se de uma configuração social, na acepção de Elias (1980), constituída por uma cadeia de relações de interdependências com tensões relativamente equilibradas.

No final do século XIX, os principais comerciantes de Jaraguá eram de origem ou ascendência lituana<sup>14</sup>, húngara<sup>15</sup>, alemã<sup>16</sup>, polonesa e italiana. Muitos destes diversificaram seus investimentos e fundaram fortes indústrias na cidade, construindo um “legado de família” influente na economia, na política e na cultura “locais”. Da proeminência social desses empresários, surgem instituições e espaços de socialização comunitária favoráveis à construção, repro-

13 Observando o relatório elaborado pelo primeiro vigário efetivo do distrito, Padre Pedro Franken, percebe-se que em 1912, em uma comunidade composta por aproximadamente 8.000 habitantes, somente 2.000 mil falavam o português, enquanto 4.500 falavam o alemão, 1.000 falavam o italiano e 500 falavam o polonês (Stulzer, 1973).

14 Victor Rosemberg, dono de casa comercial e de uma pequena casa de pasto, foi o 2º Intendente Distrital de Jaraguá, entre 1898 e 1911. Natural da Lituânia, chegou em Joinville em 1884 (Silva, 2005).

15 Georg Wolf Júnior, nascido na Hungria, construiu, em Jaraguá, no ano de 1906, “uma casa de comércio e salão (...), inaugurando na mesma época (...) um suntuoso prédio de estilo ‘enxaimel’” (Silva, 2005, p. 181). Era filho de Georg Wolf Sênior, natural da província de Schleswig-Holstein, na Alemanha. Junto de outros colonos, Wolf Sênior inaugurou na localidade de “jaraguazinho” a criação de gado. Também criou uma pequena represa no rio “jaraguazinho” e, dessa forma, aprimorou a moagem de grãos nos arredores, tornando-se um negociante de destaque.

16 Georg Czerniewicz, nascido em Berlim, chegou à Colônia dos Príncipes-Joinville, em 1884, onde instalou uma casa de comércio. Após a falência de Victor Rosemberg, comprou suas terras próximas ao rio Itapocu, em Jaraguá. Também foi responsável pela criação de uma represa, que utilizou no beneficiamento de cereais. Dono de vasto um “casarão”, ficou conhecido por hospedar personagens “ilustres”, como “o embaixador alemão Barão von Wangenheim, o ministro Lauro Müller e os Konder” (Silva, 2005, p. 96).

dução e sedimentação de uma identidade social, de base étnica (predominantemente de ascendência germânica) e religiosa (católica e luterana), convergente com as representações amplamente reproduzidas em âmbito regional (Falcão, 2000). Daí a importância das escolas e igrejas “alemãs”, de uma imprensa bilingue e, principalmente, dos “salões”, “clubes” e “associações”.

Instituições como salões de dança, sociedades de atiradores, associações desportivas, de músicos e artistas, assim como as igrejas, as escolas alemãs particulares e a imprensa bilingue, serviram “como ‘guardiãs do espírito (*Geist*) germânico’, da germanidade (*Deutschtum*), preservadores das tradições e da língua, tomadas como critérios primordiais de definição de uma etnicidade teuto-brasileira” (Seyferth, 1999, p. 74). No caso de Jaraguá do Sul, as primeiras instituições de ensino foram escolas alemãs, geralmente ligadas às igrejas luteranas e católicas. Da mesma forma, os redutos da “cultura” e da sociabilidade das “elites” jaraguenses foram, por muitos anos, os clubes e sociedades de atiradores da cidade (Pfiffer; Kita, 2008). Não por acaso, era nos salões privados que os partidos políticos faziam suas reuniões e eleições internas.

Em 1906, sobre as terras doadas pelo comerciante Bernardo Grubba, construiu-se um salão onde foi fundada a “Schützenverein Jaraguá”. Entre seus sócios, des-

tacam-se os nomes dos empresários José Emmendoerfer<sup>17</sup>, Reinoldo Rau<sup>18</sup>, Otto Meyer e Artur Müller. Outro salão que congregava muitos empresários da época, como Wilhelm Weege, Robert Fischer, Carl e Gustav Marquardt, foi o Salão Mathias, onde funcionava a Sociedade Tiro Nacional Rio da Luz, fundada em 1915. Configuração semelhante pode ser identificada na Sociedade Schützenverein Ribeirão Gustav – fundada em 1921 pelo gerente da Cia. Janssen, Edmundo Kuchenbecker – e na Sociedade de Tiro ao Alvo Hansa Humboldt, fundada em 1929 na casa comercial de Otto Ewald. Grande parte dessas sociedades redigiu seus primeiros estatutos em alemão, o que demonstra a importância da língua entre os associados.

No que diz respeito à imprensa, o primeiro jornal do distrito Jaraguá circulou entre 1900 e 1901. *Der Jaraguá Bote*, periódico escrito em alemão, foi produzido por Hugo Schneider e contou ainda com a colaboração dos comerciantes Johann Gottlieb Stein e Georg Czerniewicz (Fernandes, 2009). Em 1919, surgiram mais dois jornais na localidade: o de menor duração foi o periódico *Jaraguá-Zeitung*, totalmente redigido em alemão, sob o comando do empresário Artur Müller. No mesmo ano, Müller, ao lado de Venâncio Porto, fundou aquele que se tornaria o jornal de maior longevidade em Jaraguá do Sul – o periódico bilingue

17 Filho do alemão Sebastian Emmendoerfer, José Emmendoerfer nasceu na colônia de Brusque, em 1882. Sua família se ocupava em diversas atividades comerciais e industriais, de serrarias movidas à força hidráulica até fábricas de venezianas. Das firmas identificadas como pertencentes à família, destacam-se “José Emmendoerfer S.A.”, “Irmãos Emmendoerfer S.A.”, “Emmendoerfer & Cia.” e “Fecularia Rio Molha S.A.” (Silva, 2005, p. 108-109).

18 Reinoldo Rau nasceu em Brusque, em 1891. Chegou em Jaraguá em 1918, onde adquiriu diversas propriedades, como um hotel, salão de bilhar, loja de armários e comércio de secos e molhados. Também trabalhou com exportação de aguardente, melado, doce de laranja e manteiga. Além disso, investiu em uma fábrica de pólvora, em um cinema, e foi diretor da “Empresa de Transporte de Carga Frezel S.A” (Silva, 2005, p. 377).

*Correio do Povo* (CDP). Em 1933, surgiu *A Gazeta de Jaraguá*, de curta duração. Já no ano seguinte, começou a circular um dos mais emblemáticos jornais da política jaraguense: o semanário nacionalista *Jaraguá*. Fundado pelo farmacêutico Ricardo Gruenwaldt e pelo professor Mario Rey Gil, o jornal bilíngue atuou como veículo político do Núcleo Integralista de Jaraguá no decorrer da década de 1930, desaparecendo com a chegada do Estado Novo.

Por intermédio do trabalho de “intelectuais” e de lideranças políticas de origem germânica ligadas à imprensa, disseminou-se no território catarinense uma imagem valorizada da identidade étnica teuto-brasileira. De acordo com Cristina Ferreira (1998, p. 128), “o envolvimento de alguns intelectuais teuto-brasileiros com questões políticas, (...) ocorria com o intuito de despertar em seus ‘compatriotas’ uma consciência em torno da cidadania brasileira”. Nesse sentido, ao constituírem um espaço repleto de conflitos interétnicos, com destaque para as disputas entre teuto e luso-brasileiros, as comunidades de colonização alemã do Vale do Itajaí e do Vale do Itapocu se utilizaram de sua identidade étnica específica enquanto instrumento político aglutinador (Cunha, 1986), com o objetivo explícito de “participar ativamente da vida pública do país, em especial na esfera municipal, na qualidade de cidadãos brasileiros respeitáveis e cumpridores de todos os seus deveres constitucionais” (Falcão, 2000, p. 56).

Em contrapartida, muitas produções “intelectuais” e literárias dos primeiros anos do século XX, movidas por um forte sentimento nacionalista e pelas circunstâncias políticas da época, enxergavam a preservação da cultura germânica como um perigo à integridade nacional. O mito do “perigo alemão”, isto é, a ideia de que a Alemanha

e/ou os imigrantes alemães conspiravam em prol do desmembramento do Brasil para criar uma “Alemanha Antártida”, ganhou forças a partir da Primeira Guerra Mundial e desencadeou uma primeira campanha pela “nacionalização” das regiões de colonização alemã, acirrando as tensões étnicas da região e gerando episódios de violência e perseguição contra a população imigrante (Falcão, 2000). Não raramente ocorreram perseguições movidas por interesses econômicos em nome da “integridade da nação brasileira”, gerando um repertório de experiências conflituosas de ordem identitária no território catarinense. Tal repertório, como veremos adiante, foi mobilizado durante a Campanha de Nacionalização do Estado Novo.

Na primeira metade do século XX, os processos de disputa política e de organização da vida social (espaços de lazer, cultura, educação e cultos religiosos) da região eram ainda dependentes da agência de grupos de empresários com grande acúmulo de capital econômico. Dessa forma, se a participação na arena política assegurava o exercício da cidadania brasileira, deve-se reconhecer que se tratava de um caminho para poucos. Como demonstra a historiografia catarinense, o surgimento de empresas de destaque, especialmente em municípios como Joinville, Blumenau e Brusque, “dedicadas à produção têxtil, ao beneficiamento de erva mate e sobretudo às atividades de exportação e importação” (Falcão, 2000, p. 76), trouxe consigo a emergência de “empresários-políticos”, compreendidos como representantes da uma “elite teuto-brasileira” (Ferreira, 1998, p. 126).

Até 1934, antes da chegada da Ação Integralista Brasileira em Santa Catarina, os cenários da política e da produção cultural jaraguense estavam sob o comando das

classes mais abastadas. Na política, os cargos públicos de influência e decisão eram ocupados por industriais e comerciantes. As instituições religiosas e educacionais, assim como as sociedades desportivas e de lazer (entendidas pela comunidade como “culturais”) eram construídas pela iniciativa privada. A imprensa do distrito – canal de atuação “intelectual” (portanto, de produção discursiva sobre o que é “cultura”) – também era de iniciativa privada, dependente do setor empresarial e com vinculações partidárias. Dessa forma, com nítidos investimentos simbólicos de “intelectuais” locais e regionais na reprodução de costumes ligados à Alemanha nos espaços de sociabilidade, consolida-se um processo transcultural que resulta na construção de uma “identidade social” com demarcações de ordem étnica.

## 2. De Blumenau a Jaraguá: a ascensão política e comercial de Artur Müller no distrito joinvilense (1895–1930)

Artur Müller, o caçula dos nove filhos oriundos do casamento de Johann Jacob Müller e Dorothea Francisca D. Almeida, nasceu em Blumenau, em 1895. Johann Jacob, pai de Artur, era “primo”<sup>19</sup> do notório político republicano Lauro Müller, e pertencia a uma família de comerciantes. Além disso, por muitos anos foi Diretor Geral da companhia de telegrafia nacional que, nas primeiras décadas do século XX, estava em plena expansão no território ca-

tarinense (Goularti Filho, 2021). Dessa forma, sua família, apesar de vasta, teve condições de garantir a seus filhos o acesso à educação em colégios relativamente prestigiados do município.

Em 1909, Artur iniciou seus estudos primários no Colégio Santo Antônio, onde foi colega de classe do futuro empresário e cor-religionário do Partido Republicano Catarinense (PRC), Walter Breithaupt (Schmöckel, 1995). Outras figuras de destaque da política catarinense se formaram ali, como os irmãos Marcos, Adolfo e Victor Konder (Rodrigues, 2018). Na época, tratava-se de um internato administrado por frades franciscanos alemães que, desde os primórdios do colégio, compunha seu currículo com cursos de literatura e língua alemã e portuguesa, história (universal, brasileira e natural), matemática, piano, violino e, como opção mais técnica, escrituração mercantil. Inclusive, a partir de 1915, foi oferecida formação específica para atuação no comércio. Segundo Rodrigues (2018), o colégio visava o recrutamento dos filhos de imigrantes alemães católicos dos setores mais abastados da cidade, público com condições econômicas de arcar com o pagamento das mensalidades da instituição e de pleitear carreiras em áreas mais “intelectualizadas”.

Ao concluir seus estudos, Artur Müller ingressou no serviço público como funcionário da Prefeitura de Blumenau. Conforme Schmöckel (1995, p.18), logo cedo Müller “despertou a atenção dos homens públicos”: aos 19 anos, foi nomeado ao cargo de Es-

19 Consultando o banco de dados do site [genealogia.mafra.com.br](http://genealogia.mafra.com.br), consta que Lauro Severiano Müller é filho de Pedro Müller, que é irmão do avô paterno de Artur Müller. Acessado em 13/08/2024.

20 Conforme registrado na seção de memória política do site da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Felipe Schmidt, eleito duas vezes governador de Santa Catarina, era primo de Lauro Müller, que o sucedeu no cargo em 1902 (Felipe Schmidt..., n/d).

crivão de Paz dos distritos de “Hammonia” e “Bella Alliança”, em Blumenau, pelo então governador do estado, Felipe Schmidt<sup>20</sup>. Opositor de Hercílio Luz dentro do PRC, Felipe Schmidt apoiava a ala republicana de seu primo, Lauro Müller.

Quatro anos depois, em 1918, Arthur Müller mudou-se para o distrito Jaraguá, região que ainda pertencia ao território de Joinville. A mudança se deu por intermédio de uma proposta de trabalho na firma do empresário republicano e intendente distrital, Leopoldo Janssen<sup>21</sup>. A passos largos, Müller ampliava a sua rede de conhecimento e de relações com personagens de destaque na política local: no mesmo ano foi nomeado Escrevente Juramentado do Cartório de Notas e Ofício de Registro Civil, ao lado de Venâncio da Silva Porto<sup>22</sup>. Em 1919, Silva Porto funda o jornal bilíngue *Correio do Povo*, e com a colaboração e o gerenciamento de Müller<sup>23</sup> dá início a um projeto editorial alegadamente comprometido com a emancipação político-administrativa do distrito e com a defesa dos “interesses locais” (Fernandes, 2009). Em 1920, comandava o Cine Jaraguá, administrava a livraria do *Correio do Povo* e chegou a ser designado promotor *ad hoc* no Tribunal Correccional de Jaraguá. Em 1923, de gerente passou a proprietário do *Correio do Povo* e, no ano seguinte, com a prefeitura de Joinville sob o comando do PRC, foi nomeado Intendente do distrito de Jaraguá. Alguns anos depois,

ao ser nomeado Escrivão de Paz do Registro Civil – cargo incompatível com a função de Intendente –, revezou a administração do distrito com seu sogro João Doubrawa, retornando à função em 1926, na qual permaneceu até 1930 (Schmöckel, 1995; Piazza, 1985). No final da década de 1920, foi nomeado “Chefe Escolar de Jaraguá”, e em plena ascensão política também passou a “chefiar” o “Partido Republicano Catarinense, ao lado do governador Adolpho Konder” (Schmöckel, 1995, p. 21).

Como muitos empresários e comerciantes da região, Artur Müller frequentava assiduamente os clubes e sociedades de atiradores da cidade. Nestes espaços de sociabilidade, a identidade social da elite local era demarcada pelo emprego constante da língua alemã em seus estatutos, nos festejos característicos e pelo exercício de práticas desportivas de “origem germânica”. Enquanto reduto de facções da elite política e empresarial do distrito, as associações de atiradores, apesar das restrições a discussões políticas impostas em alguns dos seus estatutos, eram utilizadas com frequência em processos de reconversão de capital cultural em capital político: como instância de consagração cultural e de produção de prestígio e reconhecimento social, os clubes e associações, e principalmente as diferentes posições de comando nelas engendradas, foram recursos fundamentais na expansão da influência de Müller em Jaraguá.

21 Leopoldo Janssen nasceu em Blumenau, em 1880. Filho de imigrantes alemães, investiu em negócios muito diversos, como o comércio colonial e beneficiamento de grãos e serrarias. Em Jaraguá, atuou como despachante, foi dono de olaria, serraria, indústria madeireira e chegou até mesmo a ocupar o cargo de suplente de delegado (Silva, 2005).

22 Nascido em Itajaí, Venâncio da Silva Porto iniciou sua carreira profissional como sapateiro. Em Jaraguá, foi comerciante e, posteriormente, instalou um Cartório de Registro Civil. “Mais tarde adquiriu espaçosa casa construída no centro de Jaraguá por Georg Wolf Jr. onde continuou com o empreendimento comercial e numa [sic] sala mantinha o Cartório de Paz do Distrito de Jaraguá” (Silva, 2005, p. 203).

23 Nesse mesmo ano, Artur Müller foi diretor do semanário de curta duração *Jaraguá-Zeitung*, publicado inteiramente em alemão.

Entre as diversas sociedades de atiradores da região, Artur se envolveu profundamente com uma das associações mais antigas e prestigiadas do distrito, a Schützenverein Jaraguá (Sociedade de Atiradores Jaraguá), atualmente conhecida na cidade como Clube Baependi. Fundada em 1906, construída sobre terras doadas pelo comerciante prussiano e Coronel, Bernardo Grubba, a Sociedade de Atiradores Jaraguá reunia entre seus membros grandes expoentes do comércio e da indústria local, como os empresários republicanos José Emmendoerfer, Reinoldo Rau, Walter Breithaupt e Leopoldo Janssen. Artur Müller se tornou sócio da Schützenverein Jaraguá no começo da década de 1920 e chegou a presidir a associação duas vezes: a primeira entre 1938 e 1941, e a segunda entre 1946 e 1947. Curiosamente, Müller parece nunca ter se destacado nas competições desportivas promovidas pela associação. Segundo o depoimento de um contemporâneo, o ex-combatente Walter Carlos Hertel, o interesse de Artur Müller na Sociedade de Atiradores Jaraguá era só político: “Ele não tinha outro interesse. Isso ele aproveitou com o movimento do clube” (Pffiffer; Kita, 2008, p. 136)<sup>24</sup>.

Como mediador “multinotável” (Reis; Grill, 2017) entre os “interesses locais” e os projetos de governança estadual, Arthur Müller colocava seus variados recursos à disposição do partido, como uma espécie de investimento na consolidação de seu protagonismo político no distrito. Desde 1926 até meados de 1930, o governo de Santa Catarina foi comandado pelo republicano Adolfo Konder. Naquele contexto, enquan-

to chefe do PRC em Joinville, Artur utilizava com frequência o *Correio do Povo* (CDP) para publicizar seu apoio e alinhamento com o governo estadual, expressando-o com descrições elogiosas às viagens do então Ministro Victor Konder e saudando “ao ilustrado titular da Pasta de Viação catarinense, entre os que mais o são pelo coração, pelo caracter e pela intelligencia” (CDP, 1929, n. 511, p. 1).

Entretanto, atritos entre os republicanos do distrito de Jaraguá e o governo de Joinville dariam novos contornos a essa relação. A insatisfação dos políticos jaraguenses em relação ao governo joinvilense sugere que o bloco republicano estabelecido resistia à partilha de seu poder com a elite emergente do distrito de Jaraguá. Além disso, como demonstrado em uma publicação do *Correio do Povo* (1929, n. 403), os políticos do distrito não tiveram seus pedidos de melhorias (como a instalação de uma estação telegráfica) atendidos, gerando um sentimento de abandono estatal na “comunidade”. Dessa forma, em 1930, conforme registrado por Schmöckel (1995, p. 21), “vendo os rumos que a política tomava, em meio a intrigas, Artur Müller renuncia ao cargo de intendente, e o entrega a Emílio Piazero, do Partido Liberal”. Em seguida, desliga-se do núcleo joinvilense do PRC. Em publicação de julho de 1930, o proprietário do *Correio do Povo* explicou que sua decisão fazia parte de um plano maior para Jaraguá: segundo Müller, seu afastamento dos políticos joinvilenses objetivava defender a elevação do distrito à condição de município (CDP, 1930, n. 579, p. 1).

24 A constatação de que Müller nunca se destacou nas competições desportivas da associação e a elaboração da entrevista foram registradas por Ademir Pffiffer, historiador jaraguense, no contexto de sua pesquisa sobre a história do Clube Baependi.

A questão da emancipação de Jaraguá remonta às velhas agruras da criação do Estabelecimento Jaraguá, e às disputas travadas entre políticos joinvilenses e o fundador Emílio Carlos Jourdan que, entre 1876 e 1898 tentou, em vão, desvencilhar o território jaraguaense do domínio da “Colônia Dona Francisca”. Em circunstâncias diferentes daquelas encontradas no final do século XIX<sup>25</sup>, o movimento pela emancipação de Jaraguá ressurgiu em 1919 por intermédio do *Correio do Povo*. Segundo Schmöckel (1999, p. 54), durante os debates sobre o projeto de emancipação, os deputados joinvilenses que eram contrários ao movimento “pediam vistas e retinham regimentalmente o processo”, com intuito de proteger a discussão e arrefecer a reivindicação do distrito. Todavia, a partir de 1930, com objetivo de retomar o projeto no Congresso das Municipalidades organizado pelo Partido Liberal, que aconteceria no ano seguinte (Schmöckel, 1995), o movimento pela emancipação retorna em uma configuração mais vultosa: a campanha encabeçada por Artur Müller conseguiu reunir 17 integrantes, dos quais muitos apareceram em publicações de jornais enquanto correligionários do Partido Republicano Catarinense (PRC). É interessante destacar que, entre os mili-

tantes emancipacionistas de 1930, havia 5 industriais e 7 comerciantes<sup>26</sup>. Contudo, apesar do ressurgimento de um movimento emancipacionista em Jaraguá, que contava com a formação de um grupo organizado e numericamente superior ao movimento predecessor, a campanha fracassou novamente. Segundo as explicações publicadas no *Correio do Povo*, o projeto de criação do município de Jaraguá seria momentaneamente colocado em reserva devido “(...) a situação de apreensão reinante na política e ponderações feitas pelo Directório do partido [PRC] a que pertenciam (...)” (CDP, 1930, n. 580, p.1).

A publicação sugere a ausência de consenso entre os políticos de Jaraguá no que diz respeito à definição daquilo que seria a “melhor oportunidade” para fazer avançar o projeto de elevação do distrito à condição de município autônomo. Em um contexto de acirramento das disputas políticas, é possível supor que a diminuição do eleitorado republicano em Joinville, como consequência da emancipação de Jaraguá, tenha servido de argumento para o adiamento do projeto.

Na ausência de fontes ou de pesquisas específicas sobre o assunto, o que se pode afirmar é que, novamente, a influência e os recursos sociais dos emancipacionistas fo-

25 Em 1883, Jaraguá foi desmembrado de Paraty (atual Araquari) e anexado a Joinville, apesar da oposição de Jourdan (Stulzer, 1973). Com a chegada da República, Jourdan consegue, por intermédio de Hercílio Luz, uma reversão dessa anexação em 1896. Dessa maneira, as decisões políticas a respeito do território e sua demarcação poderiam ser discutidas pelos políticos de Paraty, colocando Bruestlein em desvantagem. Nesse contexto, “forma-se um grupo liderado por Jorge Czerniewicz e Roberto Buhler e apresentam terceira fórmula: novo município autônomo. Mas parece que ficaram sós” (Stulzer, 1973, p. 164).

26 Conforme publicado na capa do *Correio do Povo* em julho de 1930, na lista de integrantes do movimento pela emancipação do distrito constavam os nomes dos industriais Angelo Rubini, Arnoldo Schmidt, Augusto Mielke, Guilherme Gumz e Heinrich Geffert, responsáveis pelas mais diversas atividades fabris, desde a rudimentar produção de açúcar até a fabricação de carros. No campo dos comerciantes – profissionais ao mesmo tempo ligados à produção agrícola e à venda de produtos industrializados –, estavam os irmãos Arthur e Walter Breithaupt, assim como Bernardo Grubba, Germano Ehmke Filho, Martinho Soares, Reinoldo Rau e o empresário Arthur Müller. Constam na lista também os nomes do professor Virgílio Rubini e do lavrador Leopoldo Augusto Gerent. Havia ainda Rudolpho Moser e Leopoldo Mahnke, que são colocados na categoria genérica “profissionais”.

ram insuficientes para o avanço dessa pauta. Ainda, na atmosfera política da época, sobretudo nos últimos meses de 1930, a incerteza imperava sobre os rumos da política nacional. O assassinato de João Pessoa e a possibilidade de uma reação por parte da então derrotada Aliança Liberal, revestiam de insegurança as expectativas dos políticos da oposição. É nesse contexto específico que Artur Müller se afasta de sua antiga ala no PRC e, possivelmente em retribuição ao apoio recebido anteriormente, começa a investir na campanha de políticos como Fúlvio Aducci e Felipe Schmidt<sup>27</sup> (Schmöckel, 1999). Em outubro daquele ano, um movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul deu início ao que ficou conhecido como a “Revolução de 1930”, responsável pelo impedimento da posse de Júlio Prestes, pela deposição de Washington Luís e pela reconfiguração – a nível nacional, estadual e municipal – da arena política brasileira.

### 3. A emancipação político-administrativa de Jaraguá (1930-1934)

A Revolução de 1930 representa um ponto de inflexão na dinâmica política de Santa Catarina. As disputas políticas catarinenses, ao longo da Primeira República, animavam-se numa complexa trama de alianças e rivalidades internas no PRC. Estas disputas eram regidas sob uma lógica oligárquica que se desenrolava princi-

palmente em torno dos interesses de duas famílias de influência incontestes: os Konder – teuto-brasileiros que representavam o Vale do Itajaí –, e os Ramos – luso-brasileiros oriundos do Planalto Catarinense. Inicialmente, o partido esteve sob o controle dos Konder<sup>28</sup>, que, a partir de 1924, consolidaram seu poder na região do Vale do Itajaí, uma área predominantemente habitada por imigrantes alemães e italianos. Essa “hegemonia” foi fortalecida com a ascensão de Adolfo Konder ao governo estadual em 1926, representando um modelo de governança que priorizava os interesses das comunidades de pequenos proprietários e industriais da região norte do estado. Contudo, esse protagonismo começou a ser desafiado a partir de 1929, quando os Ramos se aliaram à Aliança Liberal de Getúlio Vargas (Zanelatto, 2007).

A transição política pós-1930 trouxe consequências significativas, especialmente para as comunidades de imigrantes alemães. Em Jaraguá, o *Correio do Povo* adaptou-se rapidamente ao contexto, passando a noticiar a trajetória e as “diretrizes” que nortearam a “revolução” imposta pela Aliança Liberal. Em novembro de 1930, o jornal publicou uma reportagem laudatória sobre a visita do novo “governador” de Santa Catarina, o General Ptolomeu de Assis Brasil”, à cidade de Blumenau<sup>29</sup>. A mudança de posicionamento, que se desloca da oposição combativa ao apoio formal, indica a postura cautelar adotada por Artur Müller

27 De acordo com as informações da seção de memória política do site da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Felipe Schmidt e Fúlvio Aducci eram “conjunhados” (Fúlvio..., n/d).

28 Segundo Hackenhaar (2014, p. 40), “para se ter uma ideia do poder político dos Konder antes de 1930, é preciso saber que, em 1929, Adolfo Konder era o governador do estado; Marcos Konder era o líder da bancada republicana na Assembleia Estadual e prefeito de Itajaí; e Victor Konder era o Ministro da Viação no governo do presidente Washington Luiz”.

29 Sob o título de “Palavras que exprimem um grande caracter”, o jornal noticiou com otimismo o discurso de Assis Brasil durante uma conferência no município, onde o governador declarava seu objetivo de “atender as necessidades do serviço e reafirmar as garantias de todos os direitos” (CDP, 1930, n. 594, p. 3).

enquanto seus correligionários eram depositos<sup>30</sup>, como no caso de Fúlvio Aducci, substituído menos de um mês após sua posse no governo do estado.

Com a chegada dos “revolucionários” ao poder federal, afloraram-se as disputas internas entre as lideranças políticas que se organizaram em torno da ascensão do Partido Liberal, gerando dissidências entre as lideranças locais. Segundo Sônia Laus (1985, p. 23), “a primeira defecção clara será a de [Henrique] Rupp Jr., em represália a prepotência de Nereu Ramos”, quando este último fundou em Santa Catarina a Legião Revolucionária – movimento político oposicionista posteriormente transformado no partido Legião Republicana Catarinense. Em sua análise sobre essas disputas no interior do governo vigente, a autora assinala que “as forças revolucionárias de 30, a nível estadual, vão gradualmente perdendo sua coesão, em decorrência das manobras políticas em defesa de causas e interesses diversos” (p. 25). Neste imbróglio, os representantes do Governo Provisório prolongavam suas disputas internas pelo poder, mesmo com a crescente insatisfação da população que ansiava pela implementação das reformas prometidas (Laus, 1985; Falcão, 2000; Hackenhaar, 2019). Não por acaso, “foi empossado o novo interventor, Aristiliano Ramos, em abril de 1933, com o compromisso de ter de organizar politicamente o estado” (Zanelatto, 2007, p. 57), tendo em vista as vindouras eleições da Assembleia Constituinte.

Na ocasião das eleições para a Câmara dos Deputados e a Assembleia Constituinte Nacional, em 1933, o PRC lançou uma chapa pela coligação “Por Santa Catarina”, na qual Artur Müller se fez presente. Em 1934, como sintoma de conflitos intraoligárquicos, o interventor Aristiliano Ramos, em oposição ao PLC que apoiou a candidatura de Nereu Ramos ao governo estadual, decide aderir à coligação republicana ao lado de Adolfo Konder.

Isso não impediu Aristiliano de tentar enfraquecer o poder do eleitorado republicano – opositor ao governo varguista –, meses antes da eleição de outubro de 1934. Como represália e/ou estratégia política (Zanelatto, 2007; Hackenhaar, 2019), em fevereiro do mesmo ano, o interventor Aristiliano Ramos decretou o fracionamento do território de Blumenau, criando quatro novos municípios. É nesse contexto que, em Jaraguá, os empresários-políticos republicanos organizaram duas comissões – nas quais se destacam figuras como Walter Breithaupt, Waldemar Grubba, José Emmendoerfer e Artur Müller – que se encaminharam à capital pleiteando a emancipação do distrito. Em acordo com o interventor, foi decretada, em março de 1934, a emancipação político-administrativa de Jaraguá.

30 De acordo com Clayton Hackenhaar (2019, p. 42) “Ptolomeu de Assis Brasil também afastou dos cargos públicos todas as autoridades estaduais ligadas ao PRC e, em 1931, destinou 30% do território de Blumenau para a formação do município de Rio do Sul. Apesar de parte da população de Rio do Sul admitir interesse no desmembramento, a medida foi vista pela população em geral como uma punição do governo estadual”.

#### 4. “Em tempo de muda passarinho não canta, parece ser a máxima de Artur Müller”<sup>31</sup>: a aliança contra os integralistas (1934–1937)

A elevação do distrito de Jaraguá a município autônomo reorganizou as disputas entre os políticos locais: em vez de disputarem nomeações à intendência distrital que dependiam dos interesses e da qualidade das relações mantidas com os republicanos de Joinville, agora os empresários jaraguenses poderiam mobilizar seu prestígio e seus recursos econômicos em eleições cujo eleitorado, em grande medida, encontrava-se socialmente subjugado pela distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos na “comunidade”.

No entanto, em 1934, as fileiras da Ação Integralista Brasileira (AIB) começaram a organizar sua expansão no Vale do Itapocu. Há indícios de que desde 1932 Aristides Largura, Xavier Schenk e Ernani Bessa já trabalhavam em torno da criação de um núcleo oficial da AIB em Joinville (Wendland, 2012, p. 42). Tal empreendimento foi resultado dos esforços de militantes joinvilenses, que reuniram cerca de dois terços de sua milícia em uma caravana dedicada exclusivamente à expansão e à disseminação do movimento na região. Ao chegarem no recém emancipado município, os milicianos foram recebidos por “Reinando Butzke, Freymund Freygang, Ricardo Gruenwaldt e Ricardo Jenssen, Coordenadores do Movimento em Jaraguá” (Schmöckel, 1997, p. 23). A solenidade aconteceu no tradicional

“Salão Buhr”, onde efetivaram-se as primeiras 17 inscrições ao movimento.

Em trabalhos como os de Falcão (2000), Zanelatto (2007), Wendland (2012) e Hackenhaar (2014, 2019), encontram-se explicações para a expansão da AIB na região, que se baseiam nas disputas políticas durante as eleições dos candidatos à Assembleia Constituinte Federal, de 1933, assim como nas eleições da Assembleia Constituinte Estadual de 1934. Além disso, segundo Zanelatto (2007), o novo governo catarinense, representado por figuras como Aristiliano Ramos, adotou uma postura “nativista” e centralizadora, que contrastava fortemente com as políticas anteriormente implementadas pelos Konder. Esse novo regime foi particularmente hostil às comunidades de imigrantes do Vale do Itajai e do Itapocu, adotando medidas que geraram protestos e uma crescente oposição entre os descendentes de imigrantes, que passaram a ver no Integralismo um canal de expressão contra a exclusão promovida pelo novo governo estadual.

Em Joinville, as elites econômicas permaneceram divididas entre republicanos e liberais, e até 1936 mantiveram o foco em suas disputas internas pelo poder e na repressão aos movimentos sociais locais, o que desgastou sua imagem perante a população joinvilense e deu ensejo ao crescimento do Integralismo (Cavalett, 1998; Wendland, 2012). Representando uma alternativa política de extrema-direita, a AIB foi capaz de mobilizar a “cultura política” cristã, conservadora e anticomunista da região (Falcão, 2000), ao mesmo tempo em que se

31 Expressão empregada por Schmöckel em seu discurso proferido durante a solenidade comemorativa do “Centenário de Nascimento de Artur Müller”, em 1995, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Desta solenidade surge a publicação do livro homônimo, de autoria de Schmöckel (1995). A expressão, como utilizada pelo autor, referia-se à cautela de Müller durante o período de ascensão do Integralismo na cidade.

aproveitava das circunstâncias geradas pelos embates entre políticos “tradicionais”.

De acordo com Schmöckel (1997, p. 36), um recenseamento organizado pelos integralistas, em 1936, registra a existência de 21.333 pessoas vivendo no município, cuja maioria<sup>32</sup> era composta por descendentes de imigrantes. Deste número, ao menos 17%<sup>33</sup>, até março daquele ano, estavam filiadas à AIB. Em 1934, quando ocorreram as eleições para deputados federais, Jaraguá reunia aproximadamente 1.363 eleitores registrados (Jaraguá, 1934, n. 31). Nessa disputa, os integralistas catarinenses inauguraram sua participação em eleições com um grande desafio: seus adversários, apesar de estarem divididos entre a Coligação Republicana e o Partido Liberal, contavam com sua influência política histórica na região e com os recursos econômicos de seus representantes. Conforme noticiado pelo *Correio do Povo* (CDP, 1934, n. 755, p. 1), no resultado geral da eleição em Jaraguá a Coligação recebeu no pleito estadual 721 votos: os Liberais 395, e os Integralistas 126.

A evidente influência do Integralismo nas eleições, como apontado por Falcão (2000) e Hackenhaar (2019), causou preocupação em seus adversários e motivou uma sequência de manobras políticas para prejudicar o desempenho da AIB nas futuras eleições. Com a chegada de Nereu Ramos ao cargo de governador, em 1935, aplicam-se as primeiras medidas repressivas específicas do governo aos milicianos do Sigma: em Florianópolis, os integralistas foram despejados de sua sede, localizada no Liceu de

Artes e Ofícios, que pertencia ao poder público. Nesse período, surge uma sequência de portarias proibindo a colocação de cartazes em estabelecimentos e o uso de uniformes (Falcão, 2000).

Ao mesmo tempo, notórios políticos dos redutos coloniais ligados ao PRC, classificados por Falcão (2000) como “germanistas”<sup>34</sup>, se utilizaram dos conflitos étnicos da região para atacar a “doutrina do Sigma” por seu “nativismo” exacerbado, com a intenção de absorver seu eleitorado: políticos como Marcos Konder discursavam publicamente contra o Integralismo, variando sua estratégia de acordo com o público alvo (Hackenhaar, 2019). Nesse sentido, Hackenhaar (2019) assinala que o aguçamento das perseguições aos camisas-verdes em Santa Catarina pode ser melhor compreendido à luz das disputas por prestígio político que permearam os primeiros anos da década de 1930. O autor justifica esta afirmativa ao identificar que a base política dos “republicanos tradicionais”, progressivamente abalada desde o golpe de 1930, se encontrava justamente no Vale do Itajaí e no norte do estado. Dessa forma, a partir de 1935, os republicanos colocaram sua competição com Nereu Ramos em segundo plano e investiram em acusações de extremismo político contra a AIB, ora associando-a com os fascismos europeus, ora com um nativismo preconceituoso e deletério ao contingente de imigrantes “nacionalizados”.

Em Jaraguá, um ano antes das eleições municipais, importantes representantes do empresariado – como Waldemar Grubba

32 O autor não informa o número exato.

33 Cf.: O Punhal..., 1943.

34 Segundo Falcão (2000), os “políticos germanistas” eram os antigos republicanos do Vale do Itajaí que se utilizaram da identidade teuto-brasileira como instrumento político aglutinador, como os representantes da família Konder.

(PLC), Arthur Breithaupt (PRC), Eduardo Kellermann (PRC) e Rodolfo Hufenüssler – ensaiavam a construção de uma associação comercial, buscando reunir os comerciantes e industriais do município em defesa de seus interesses em comum (CDP, 1935, n. 799). Pouco tempo após a publicação sobre a associação entre empresários, o *Correio do Povo* noticiava a primeira reunião que originou a coligação entre os liberais e os republicanos da cidade: a frente-única intitulada “Por Jaraguá”. Segundo o jornal, tratava-se de uma questão de “vida e de morte” que definiria o futuro do desenvolvimento do município. Revelando uma estrutura compósita produzida pelo entrelaçamento entre o terreno da política e o domínio econômico, a notícia afirmou o seguinte:

Está sendo distribuído no município um boletim, assignado por pessoas de grande responsabilidade na vida commercial, industrial e politica do município, convidando todos os bem intencionados no progresso desta communa, sem cores partidarias, para uma reunião no salão Buhr, no domingo, 9 de dezembro, ás 10 horas da manhã. Essa reunião terá por fim escolher uma comissão central, que tome a si o encargo de orientar politica e administrativamente o nosso novo município, defendendo-lhe o interesse e activando energias para seu desenvolvimento. (CDP, 1935, n. 810, p. 1)

Essa primeira reunião conseguiu reunir aproximadamente 400 eleitores, que supostamente compareceram em apoio àqueles que o *Correio do Povo* (1935, n. 813, p. 1) considerava como os *leaders* do município, os “mais autorizados representantes de Jaraguá”. Ao fim das votações, foram eleitos como representantes da futura coligação: Arnoldo L. Schmidt (PLC), Jacob Buck

(PRC), Walter Breithaupt (PRC), Henrique Piazero (PRC), Angelo Rubini (PRC), José Emmendorfer (PRC), Reinoldo Rau (PRC), Curt Vasel (partido não identificado), Frederico Moeller (partido não identificado), Guilherme Walter (PRC), Franz Meier (partido não identificado), Giardini Lenzi (PRC), Mario Tavares (partido não identificado), Bernardo Grubba (partido não identificado) e Artur Müller (PRC). A comissão recebeu, inclusive, a “benção” de Nereu Ramos, que a considerou como uma “acertada decisão” por parte dos políticos jaraguaenses.

No ano das eleições municipais, a Frente Única lançou como candidato a prefeito o industrial Arnoldo Leonardo Schmidt (PLC), e para vereadores Waldemar Grubba (PLC), Arthur Müller (PRC), Arthur Breithaupt (PRC), Reinoldo Rau (PRC), José Emmendorfer (PRC), Frederico Curt Alberto Vasel (partido não identificado) e Frederico Hasse (PLC). Conforme o noticiado pelo *Correio do Povo* (1936, n. 817, p. 1), a votação para escolher o candidato a prefeito ficou dividida entre Grubba, com 8 votos, e Schmidt, com 11. Entre os políticos “tradicionais” da cidade, o único que ficou de fora foi o ex-prefeito José Bauer, anteriormente indicado ao cargo pelo Diretório do Partido Liberal.

Segundo o *Correio do Povo* (1936, n. 818, p.1), durante a formação da chapa “Por Jaraguá”, houve dissenso na “elite política” jaraguaense, tradicionalmente reunida nas fileiras contíguas do Partido Liberal e do Partido Republicano. A candidatura avulsa de José Bauer, na opinião do periódico, representava o posicionamento de homens “desgostosos” que partiram em uma direção diferente, por razões mesquinhas: “uns por meros caprichos, outros porque não tiveram satisfeitos apetites pessoas [sic]”. A cisão de Bauer com a Frente Única lhe rendeu até mesmo ameaças e censuras por parte de

seus adversários, como no caso de Reinoldo Rau, que o proibiu de entrar em sua casa comercial “ou qualquer outra propriedade”, sob o aviso de que não se responsabilizaria pelo o que poderia lhe acontecer caso assim procedesse (CDP, 1936, n. 820, p. 4). Neste caso, ao contrariar o “consenso” da “comunidade”, isto é, os interesses de uma poderosa facção da elite jaraguense, a origem étnica perdeu seu valor de critério de aceitabilidade dentro do grupo.

Na mesma semana da formação da chapa coligada, Nereu Ramos voltou a se reunir com os empresários de Jaraguá. Nessa ocasião, Arthur Müller, enquanto representante da Frente Única Jaraguense, discursou no evento a respeito dos “movimentos exóticos”, os “extremistas da direita e de esquerda”, que assombravam a política local e nacional. Na presença do governador, e certamente em busca de seu apoio, Müller afirmou que a Frente Única combateria seus adversários com as mesmas armas que usassem: “A violência contra a violência e a doutrina contra a doutrina” (CDP, 1936, n. 818, p. 1). Destaca-se que, entre discursos de campanha e cortejos políticos, a reunião também serviu ao propósito de ressaltar algumas das demandas da coligação ao governo do estado, entre elas a conclusão da construção do hospital municipal e a proteção da indústria de laticínios. Esta, conforme noticiado, se tratava de uma “questão de vida e morte para o município”, tendo em vista a importância desse setor para a economia local (CDP, 1936, n. 818, p. 1).

Durante a campanha eleitoral, a Frente Única manteve-se confiante de que sairia vitoriosa no pleito de 1936. Consciente do descrédito dos partidos tradicionais junto à opinião pública, apostava na ideia de que os jaraguenses votariam em “homens”, em vez de partidos (CDP, 1936, n. 817, p.1). Evi-

dencia-se que a influência política da elite econômica permitia aos seus representantes a elaboração de uma associação estratégica entre o progresso de suas empresas com uma ideia de prosperidade na comunidade jaraguense. Isto é, com a conversão de seus recursos econômicos em diferentes espécies de capital simbólico (a exemplo do capital político já adquirido anteriormente), a elite jaraguense buscava alcançar na comunidade o reconhecimento da legitimidade de sua pretensa posição de liderança da política local.

Entretanto, quando se iniciaram as apurações dos votos e a vitória (nem tão) improvável da AIB começou a se consolidar, os supostos *leaders* da política jaraguense, reconhecendo sua derrota, expressaram sua insatisfação acusando os eleitores de traição (CDP, 1936, n. 823). Em diversos municípios ocorreu a contestação da validade de determinadas urnas. Em Jaraguá, três seções eleitorais foram anuladas e, desse modo, adiou-se por mais algum tempo o resultado oficial. Com algumas urnas impugnadas, foram contabilizados os seguintes votos: 1.610 votos para o Integralismo, 574 votos para a “Frente Única – Por Jaraguá”, e 342 votos para José Bauer (CDP, 1936, n. 824, p. 1). Em abril, terminada a nova votação, os camisas-verdes reafirmaram sua vitória ao arrecadarem 193 votos, contra 81 da “Frente Única” e 26 de José Bauer (Jaraguá, 1936, n. 107, p. 1). Da “Frente Única”, o único candidato eleito da coligação foi justamente Artur Müller, o primeiro vereador republicano eleito na cidade.

Nos meses seguintes, o *Correio do Povo* se engajou na campanha de difamação dos “camisas-verdes”, publicando notícias locais sobre atos conspiratórios e violentos dos integralistas e reproduzindo publicações semelhantes de outros municípios e es-

tados. Representando os interesses de Artur Müller e de outros políticos “tradicionais” da cidade, o jornal fomentou a perseguição aos integralistas locais e contribuiu significativamente com a legitimação da violência estatal que viria a ser empregada contra os “camisas-verdes”.

De acordo com o *Correio do Povo*, na noite de 7 de outubro de 1936, em decorrência de uma sequência de truculentas abordagens policiais aos diversos subnúcleos do Integralismo em Jaraguá, aproximadamente oito pessoas, entre policiais e civis, foram gravemente feridas por tiros. Durante o conflito entre a polícia e os “camisas-verdes”, morreram os integralistas Ricardo Strelow e Ferdinando Sacht, ambos colonos e descendentes de imigrantes. Segundo a reportagem do jornal, após uma “autoridade competente” (não identificada) de Jaraguá denunciar ao Secretário de Segurança que iriam ocorrer “reuniões clandestinas pelo interior do município”, uma operação repressiva foi rapidamente organizada para interrompê-las e, desse modo, proibir a “doutrinação política” que promoviam.

Além do *Correio do Povo*, Hackenhaar (2019, p. 72-73) identifica outros jornais que se posicionaram a respeito da “chacina jaraguense”. A resposta do periódico *A Gazeta*, de Florianópolis, foi semelhante à resposta do *Correio do Povo*, responsabilizando as lideranças integralistas pelo ocorrido e acusando os camisas-verdes de iniciarem o conflito com a polícia. O periódico integralista *Anauê*, por sua vez, descreve um “clima de revolta instaurado na cidade” após o

ocorrido, ressaltando que a polícia agrediu até mesmo mulheres e crianças. Em Laguna, o *Correio do Sul* classificou o evento como uma “chacina”, um “massacre de integralistas” e até mesmo como um “gesto comunista praticado pelo governo de Santa Catarina”.

A versão do “órgão do Partido Liberal Catarinense” sobre esse evento em Jaraguá reafirmou a legítima-defesa dos policiais e culpou os integralistas pela violência (Hackenhaar, 2019). Nesse sentido, a estratégia de Nereu Ramos buscava convencer o restante do país de que o emprego de ações extremas se justificava em razão de uma conspiração “hitlerista” em Santa Catarina. Mobilizando o repertório de experiências produzidas no processo de disseminação do mito do “perigo alemão”, “o governador e seus aliados não só justificariam suas investidas contra alguns municípios do Vale do Itajaí e Nordeste catarinenses, mas, principalmente, legitimariam tais ações, pois estariam defendendo os valores nacionais, a soberania do Brasil” (Hackenhaar, 2019, p. 74-75). Por outro lado, Nereu Ramos parece ter feito “vista grossa” ao envolvimento de empresários jaraguenses com núcleos nazistas, que, dois anos antes, contavam com a divulgação semanal de suas atividades no *Correio do Povo*<sup>35</sup>.

Enfrentando adversários que ocupavam cargos de decisão e que se situavam “no seio de um nacionalismo extremado, que não aceitava nenhuma forma de temporização com diferenças ou particularidades culturais” (Falcão, 2000, p. 159), os integralistas se tornavam cada vez mais

35 Além das reuniões com representantes do governo alemão e da promoção de atividades de lazer, o núcleo nazista de Jaraguá também promovia comemorações da cultura nórdica e setentrional, como a celebração do solstício de verão. A assiduidade do *Correio do Povo* em noticiar semanalmente a agenda do núcleo nazista impressiona e indica uma relativa afinidade entre a diretoria do jornal e os integrantes do referido núcleo (CDP, 1934, n. 751, p. 8; CDP, 1934, n. 752, p. 8; CDP, 1934, n. 753, p. 8; CDP, 1934, n. 757, p. 8; CDP, 1934, n. 737, p. 5).

vulneráveis à repressão estatal. A partir de 1937, surgem outros incidentes graves envolvendo a AIB: em Blumenau, dois núcleos integralistas foram invadidos pela polícia, que recolheu seus materiais de propaganda e feriu com tiros oito “camisas-verdes”; em Joinville, integralistas foram acusados de orquestrar um ataque contra soldados do exército. Meses antes, o jornal *Jaraguá* rebateu “uma denúncia proveniente do Rio de Janeiro, segundo a qual um capitão de marinha mercante, Modesto Peixoto, assegurava que navios da firma Hoepcke teriam transportado 25.000 fuzis enviados pelo governo alemão para os integralistas” (Falcão, 2000, p. 160). Em agosto de 1937, o presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá, Ricardo Gruenwaldt, foi assassinado dentro de sua farmácia pelo delegado Eucário de Almeida. Segundo notícia do jornal *Jaraguá*, o delegado foi até a farmácia de Gruenwaldt para vingar-se após o jornalista publicar uma denúncia caluniosa a seu respeito.

Defendendo a hipótese de um crime com motivação política, Hackenhaar (2019, p. 83) ressalta que, pouco tempo antes do assassinato, Nereu Ramos foi até Jaraguá reunir-se com seus aliados e declarou não temer a expansão do Integralismo, “pois, segundo suas palavras num banquete, ‘temos energias bastantes para não deixar que o mapa do Brasil se apresente com uma mancha verde’”. Como veremos adiante, as redes de conhecimento de Artur Müller seriam fundamentais nesse embate.

## 5. O Estado Novo, a “Intentona Integralista” e a “Campanha de Nacionalização” (1937-1945)

A eclosão do Estado Novo em 1937 intensificou a repressão ao Integralismo em todo o país, marcando a radicalização de

um período de perseguições que atingiram de forma particularmente severa os integrantes da AIB no sul do Brasil. Em Santa Catarina, a repressão aos integralistas revelou não apenas a potência do aparato repressivo mobilizado pelo interventor Nereu Ramos, mas também a habilidade de alguns políticos locais em adaptarem suas identidades e estratégias de acordo com o contexto político vigente. Artur Müller, enquanto político jaraguense descendente de imigrantes alemães, exemplifica essa capacidade de adaptação ao mobilizar seus recursos sociais para manter sua posição de influência durante um período de escalada do autoritarismo.

Em homenagem ao aniversário de Müller, em 1938, Henrique Harger, interlocutor do semanário monarquista *O Imperador*, assinalava em seu texto a habilidade do republicano no manejo das relações políticas em Santa Catarina:

[...] Ele era um dos mais impetuosos adversários dos liberais e, quando finalmente venciam os liberais e o dr. Nereu Ramos acabava eleito governador, admitiam alguns estar ele liquidado para sempre. Mas enganavam-se, por que [sic] o dr. Nereu Ramos, respeitava o corajoso e destemido opositor, e o chamou para si. Hoje ele desempenha o ofício do falecido Venâncio da Silva Porto e é um dos homens de confiança do Interventor [grifo meu]. (Schmöckel, 1995, p. 23-24)

Naquele contexto, “homens de confiança”, detentores de valiosas informações sobre a população das localidades sob suspeição, foram cruciais na implementação do projeto de poder de Nereu Ramos. Entre a extinção dos partidos políticos e a nomeação de diversos interventores estaduais e municipais, a predominância do Integra-

lismo em Santa Catarina foi sendo intensamente reprimida. Nos primeiros meses de 1938, Nereu Ramos destituiu os prefeitos integralistas de Joinville, Hamônia (atual Ibirama), Blumenau, Brusque e Jaraguá (Hackenhaar, 2019). No caso jaraguense, o primeiro interventor foi o Tenente Rui Stockler de Souza, que prontamente iniciou o desmantelamento da administração integralista na cidade ao substituir o intendente distrital de Hansa (CDP, 1938, n. 916) e exonerar o integralista Emílio da Silva do cargo de Fiscal Interino de Obras Públicas e Viação (CDP, 1938, n. 917).

Em fevereiro de 1938, Rui Stockler de Souza recebeu um convite do comando da Força Pública do Estado para estudar na Escola de Educação Física do Exército e abandonou a prefeitura (CDP, 1938, n. 918). Seu substituto na interventoria municipal foi outro militar, o Tenente Leônidas Cabral Herbster, que havia sido nomeado delegado da Comarca de Jaraguá em janeiro daquele ano (CDP, 1938, n. 919, p. 1). Artur Müller, que fora eleito presidente da Schützenverein Jaraguá, prontamente promoveu um banquete na associação em homenagem ao novo interventor. No evento, que contou com a presença de figuras influentes da comunidade jaraguense, Müller declarou que “no coração do brasileiro só há lugar para uma Pátria” (CDP, 1938, n. 957, p. 1), numa clara demonstração de realinhamento ao projeto nacionalizador do novo regime.

Segundo Falcão (2000, p. 167), em janeiro de 1938, através do Decreto-lei nº 3, Nereu Ramos proibiu que escolas ou núcleos de povoamento recebessem o nome de estrangeiros. Em março, com o Decreto-lei nº 88, exige-se que as escolas particulares se comprometam “a ministrar aulas em Português, a adotar esta língua em todas as

suas placas e diretrizes internas, a ensinar os hinos oficiais, a colocar o pavilhão brasileiro em lugar de destaque, inclusive nas salas de aula, e a homenageá-los todos os sábados, sob pena de interdição” (p. 167).

A nova experiência nacionalizadora também incidiu sobre a imprensa, os monumentos e as sociedades recreativas. O jornal *Jaraguá*, antes de encerrar suas publicações, abandonou seu título de “órgão noticioso integralista”. Aqueles que publicassem críticas ou restrições à “Campanha de Nacionalização” estavam sujeitos à prisão (Falcão, 2000). Segundo Fáveri (2002), o “prefeito” de Jaraguá decretou a proibição de inscrições em língua estrangeira até mesmo em lápides, jazigos e mausoléus. O Tenente Herbster chegou a ser processado por um grupo de descendentes de alemães “após ordenar a retirada de inscrições tumulares, inclusive uma que fora coberta com uma placa de bronze no jazigo de família por Godofredo Guilherme Lutz Luce, ex-líder integralista” (Fáveri, 2002, p. 313). Ao analisar as correspondências de Nereu Ramos, a autora identificou que o grupo envolvido no processo era composto por Lutz Luce, Walter Breithaupt, Ricardo Harnack e Henrique Koppmann.

Nas semanas seguintes, entre 19 e 26 março de 1938, o *Correio do Povo* divulgou uma breve sequência de notícias a respeito da organização de um “movimento subversivo” encabeçado por integralistas revoltosos. Se por um lado, o jornal denunciava a “sinistra conspiração integralista” pela qual foram presos vários jaraguenses, por outro os depoimentos prestados durante o julgamento dos envolvidos apontavam que a perseguição aos integralistas em todo o estado seria de ordem política e que “Artur Müller, escrivão de polícia, inimigo fidalgal dos integralistas foi quem orientou e diri-

giu todo o inquérito procedido em Jaraguá” (Hackenhaar, 2019, p. 220).

Em agosto de 1939, o *Diário Oficial da União* publicou o Decreto-lei nº 1.545, dispondo sobre a “adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros”, proibindo o uso de língua estrangeira em repartições públicas e determinava que inspetores seriam nomeados para garantir a efetividade da vigilância em regiões de colonização europeia<sup>36</sup>. Em Jaraguá, existem relatos de prisões em decorrência dessas proibições, mas nenhum deles está amparado em documentos comprobatórios. O mais notório relato se expressa quase que em forma de anedota no livro de Schmöckel *Política, políticos, folclore e & cia.*” (1994). Segundo o autor, um papagaio que pertencia a um professor da cidade teria sido preso por “falar alemão”.

Na obra de Barbosa (2011), consta que o descendente de imigrantes, Berthold Gumz, foi preso por escutar a rádio *Deutsche Welle*. Segundo o autor, essa informação lhe foi entregue pelo testemunho de Osmar Gumz, seu amigo pessoal e filho de Berthold. Em publicações do *Correio do Povo* foi possível encontrar outro caso de prisão com relação ao decreto que proibia falar alemão publicamente. O episódio envolveu o lavrador Hugo Wachholz, descendente de imigrantes alemães que, segundo a notícia, foi repreendido por um comerciante ao falar alemão. Mais tarde, Wachholz retornou ao estabelecimento, atacou seu contraditor com um facão e foi preso (CDP, 1942, n. 1114). Cabe destacar que esse caso aconteceu em 1942, quando a repressão ao perigo “estrangeiro” tomou proporções gravíssimas em decorrência da posição do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Em janeiro de 1942, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda exigia a naturalização dos estrangeiros sob pena de multa ou expulsão do país (CDP, 1942, n. 1109). Em Jaraguá, o *Correio do Povo*, nutria o clima de perseguição étnica, orientava a identificação dos “quinta-colunistas” conspiradores com base em suas opiniões a respeito da nacionalização, do envolvimento do Brasil na guerra e da preservação de costumes “estrangeiros” (CDP, 1942, n. 1114). Segundo Falcão (2000, p. 175), após um novo torpedeamento de embarcações brasileiras por submarinos alemães, “o povo saiu às ruas em Florianópolis exigindo vingança: a multidão atirou pedras nas vidraças de algumas casas, arrancou placa da rua Blumenau (substituindo-a por outra com a denominação de Aníbal Benévolo, um dos navios afundados)”, mudou o nome de lojas e até obrigou alguns imigrantes a celebrarem publicamente as figuras de Getúlio Vargas e Nereu Ramos.

Enquanto muitos descendentes de imigrantes sentiam-se como vivendo entre duas guerras – a primeira externa e de dimensão planetária, a segunda interna e de ordem étnica/identitária –, alguns membros da elite política de Jaraguá colhiam os frutos de sua aliança com os governistas. Em 1938, os empresários/políticos (todos descendentes de imigrantes) Waldemar Grubba, Arthur Breithaupt, Wolfgang Weege e Arnoldo Schmidt, entre outros envolvidos, fundaram a Associação Comercial Industrial de Jaraguá, posteriormente denominada Associação Empresarial de Jaraguá do Sul (ACIJS). Segundo Apolinário Ternes (2008, p. 47), em 1942, a Associação empreendeu um expurgo interno, convocando uma reunião para “excluir do quadro social

36 Cf.: Brasil, 1939.

os súditos do eixo”, o que resultou no afastamento de Bernardo Grubba, Hans Moeller, Adolfo Hermann Schulze, João Harger, Adolfo Büttjer, Roberto Maurício Horst, Max Wilhelm e Willy Sommeohl. Com exceção dos expurgados, o restante dos associados (assim como outros empresários não vinculados à ACIJS) foram beneficiados pelos acordos estabelecidos com o prefeito Herbster e o governador Ramos. Segundo Silva (1976, p. 309), a gestão de Herbster foi marcada por investimentos na urbanização da cidade, gerando reformas em vias públicas, construções de 17 pontes, de uma estação ferroviária (estrutura vital para o escoamento de produtos da indústria) e de um “Paço Municipal”.

Entre os políticos “tradicionais” e descendentes de imigrantes que conseguiram manter-se incólumes durante o Estado Novo, destaca-se Artur Müller. Segundo Pfiffer e Kita (2008, p. 64), “Artur Müller foi desde cedo um político conservador e sempre ligado à vida da comunidade jaraguense”. Seu conhecimento sobre a população e a respeito dos políticos locais, assim como sua “versatilidade” e “faro político”, certamente foram apreciados por Nereu Ramos. Com efeito, sugere-se que Müller, enquanto detentor de um grande capital de relações (Bourdieu, 1982) – redes de conhecimento e de influência oriundas de suas relações sociais na comunidade, mas também extraídas de seu patrimônio econômico – se utilizou desses recursos sociais na manutenção de sua posição de prestígio na política local. Durante a gestão do interventor Herbster, Müller não só conseguiu criar uma relação íntima com o prefeito, como ocupou importantes cargos da segurança pública, sendo, inclusive, nomeado para Secretário na Junta de Alistamento Militar, em 1939, posteriormente tornando-se fundador do Centro

de Reservistas de Jaraguá do Sul, em 1941 (Schmöckel, 1995).

A relação entre Artur Müller e o ex-interventor Leônidas Cabral Herbster, que inicialmente foram aliados durante a “Campanha de Nacionalização”, tornou-se conflituosa em um contexto de reconfiguração política na década de 1940. Com o advento da eleição de 1947, as disputas locais se acirraram, e Müller, candidato a prefeito pela UDN, passou a enfrentar acusações severas por parte de Herbster, agora seu adversário político. A divulgação de uma carta no jornal *Tempos Novos*, onde Herbster atribuiu a Müller a responsabilidade por decisões controversas durante o Estado Novo, incluindo a confecção de uma lista de elementos “totalitários”, a redação da Lei dos Cemitérios e o confisco de armas dos colonos, abalou a credibilidade de Müller entre os eleitores. As acusações foram especialmente danosas, pois sugeriam que houve um envolvimento profundo de Müller nas políticas de repressão e nacionalização.

Por intermédio do *Correio do Povo* (1945, n. 1405, p.1), Müller devolveu as acusações ao Tenente. Segundo o texto do jornal, a atuação e responsabilidade nos atos praticados durante a vigência do Estado Novo não poderiam ser dissociados da figura do ex-interventor, tendo em vista que “era ele o senhor do município [sic] e que não se mexia uma palha sem o seu consentimento, sendo que, dele partiam todas as determinações, diligências e prisões”. Citando as diversas arbitrariedades que ocorreram na cidade durante o Estado Novo, Müller tentou mobilizar a seu favor as lembranças então recentes das violências sofridas por alguns jaraguenses. Entretanto, como Herbster não negou sua própria responsabilidade e seu poder de decisão naquelas ocorrências, atribuindo a Müller somente uma parcela

da culpa enquanto “influenciador” e “homem de confiança” do ex-interventor, a réplica do *Correio do Povo* contribuiu mais para confirmar do que para confrontar as denúncias da oposição. Além disso, como o ex-interventor Herbster não era candidato e tampouco residente de Jaraguá do Sul naquele momento, o efeito das acusações recaiu somente sobre Artur Müller, que foi derrotado nas urnas pelo pessedista Waldemar Grubba. Essa dinâmica enfraqueceu ainda mais sua posição política, resultando em uma derrota significativa nas eleições de 1947, nas quais o PSD, partido de Herbster, saiu vitorioso tanto na prefeitura quanto na Câmara de Vereadores.

Entretanto, após sua derrota, Müller articulou novas alianças, sobretudo com o Partido de Representação Popular (PRP), que havia emergido como uma força política relevante em Jaraguá do Sul. A coligação entre a UDN e o PRP em 1950 representou uma tentativa de Müller de reconfigurar o cenário político local a seu favor. Essa estratégia foi bem-sucedida, e Artur conseguiu ser eleito prefeito em 1950, em uma campanha marcada pela cooperação entre os partidos e o apoio decisivo de setores que antes o criticavam<sup>37</sup>. A vitória de Müller, portanto, não apenas marcou seu retorno ao poder, mas também evidenciou sua capacidade de adaptação e negociação dentro de um cenário político em constante mudança.

No final do mandato de Müller, em 1956, na presença do prefeito eleito Wal-

demar Grubba (PSD), a Câmara de Vereadores promoveu uma sessão solene para a realização da Entronização da Imagem de Cristo na sala das sessões. Segundo Schroeder e Chiodini (2019, p. 68), o prefeito Artur Müller realizou a Entronização e o Padre Orlando dos Passos Kleis conduziu a cerimônia de bênção da imagem de Cristo e, emocionado, agradeceu aos vereadores, pois “foi reservado um trono, digno à Cristo [sic], Nosso Senhor, sendo este um sinal de grande cooperação e compreensão entre os pares desta Casa”. Este episódio expressa a permanência da lógica “comunitária” em ação dentro do jogo político jaraguaense. A “cooperação entre os pares” sugere a suspensão temporária das disputas políticas e ideológicas inerentes ao trabalho da Câmara Municipal, em prol da reafirmação da fé cristã enquanto símbolo da “comunidade”. Dessa forma, as possíveis distinções e disputas entre católicos e luteranos, teutos e ítalo-brasileiros, integrantes desse e daquele partido, são absorvidas e englobadas pelo “comunitarismo orgânico” (Coradini, 2003), que neste caso reafirma a “identidade cultural” da cidade (a qual depende de sua dimensão étnica) por intermédio da religiosidade. Além disso, segundo Schmöckel (1999, p. 28), Müller procurou reparar sua reputação ao indenizar a “Comunidade Evangélica Luterana de Jaraguá” pelos bens “arrebataados” durante a “Campanha de Nacionalização”.

37 Quando se iniciaram as campanhas para a eleição de 1950, a efetivação de uma aliança entre integralistas e udenistas ocorreu com um acordo em que a UDN apoiaria a candidatura do Dr. Luiz de Souza para deputado estadual, em troca do apoio do PRP na campanha de Müller para a prefeitura de Jaraguá do Sul. Além disso, foram incluídos na legenda udenista dois integrantes do PRP: Willy Germano Gessner e Geraldo Roeder (CDP, 1950, n. 1601).

## Considerações finais

O exame do percurso de Artur Müller como mediador político e cultural em Jaraguá do Sul evidencia a complexidade de suas estratégias de ascensão política e de manutenção do seu prestígio. Suas práticas de mediação não só conectavam os interesses locais com projetos de governança estadual, como também serviam para legitimar sua posição. É evidente que Müller utilizou as competências que adquiriu – como o domínio bilíngue, a formação em escrituração mercantil e a educação religiosa –, facilitadas pelas condições financeiras de sua família, para se inserir em redes sociais privilegiadas. Essas redes, muitas vezes pessoalizadas e ligadas por parentesco, foram cruciais para sua nomeação a cargos públicos desde jovem, como em Blumenau e, posteriormente, ao cargo de intendente distrital em Jaraguá. Neste caso, mais do que uma trama das circunstâncias, as diferentes espécies de poder mobilizadas remetem à dinâmica regente de estruturas sociais mais amplas da política estadual.

No caso de Jaraguá do Sul, a análise dos processos de reconversão de capital empreendidos pelos grupos dirigentes da cultura e da política é central para entender a complexidade das possibilidades de atuação política naquela configuração específica. O trajeto de Müller indica que a criação do jornal *Correio do Povo* não foi apenas um empreendimento comercial, mas uma ferramenta política fundamental para divulgar os ideais de seus aliados e para consolidar sua influência na região. Esse veículo permitiu a Müller fortalecer e recompensar suas alianças políticas, enquanto se projetava como defensor dos “interesses locais”. Além disso, sua participação em clubes e associações, como as sociedades de atiradores, foi cru-

cial, pois esses espaços não só preservavam a identidade teuto-brasileira, mas também funcionavam como espaços de produção de prestígio e consagração social, ensejando os processos de reconversão de capital.

A renúncia de Müller ao cargo de intendente e o rompimento com o PRC em 1930 demonstram a flexibilidade de suas estratégias políticas. Diante do emaranhado de tensões entre os republicanos de Joinville e os emergentes de Jaraguá, Müller realinhou suas alianças para obter maior autonomia política. Esse movimento estratégico foi essencial para que ele liderasse a campanha pela emancipação de Jaraguá e, mais tarde, utilizasse o capital simbólico acumulado nesse processo para se eleger vereador.

Diante de tudo que foi exposto, é válida a interpretação de que, durante o Estado Novo, Müller colocou à disposição do governo de Nereu Ramos não apenas suas redes de influência, mas também seu conhecimento profundo da população local. Ao participar da repressão aos integralistas e colaborar com a Campanha de Nacionalização, sua mediação política equilibrava a manutenção do seu poder e os interesses da “comunidade”, contemplada nas promessas de Nereu Ramos de retribuição econômica mediante a proteção da indústria de laticínios e investimentos estaduais na infraestrutura da cidade. Entretanto, a colaboração de Müller com um regime que, em tese, era hostil aos interesses teuto-brasileiros, parece contraditória.

A contradição, nesse caso, se traduz na dinâmica dialética que rege a socialização de indivíduos em espaços marcados por lógicas heterônomas, que enseja “jogadas” de adaptação das práticas de acordo com o contexto político e as condições oferecidas. Esse processo de adaptação insere-se em uma dinâmica maior, na qual

uma fração dos grupos dirigentes da política nas regiões de colonização alemã se encontrava impelida a ajustar suas identidades de acordo com as demandas impostas pelo Estado Novo, sem comprometer suas respectivas posições. O combate ao Integralismo, que acirrou a oposição entre trabalhadores rurais e industriais, exemplifica como as disposições que orientam a ação se traduzem em estratégias de manutenção do poder econômico. A união dos interesses de grupos relativamente antagônicos no combate ao Integralismo, mesmo que justificada em termos de combate a “extremismos ideológicos”, é indicativa disso: republicanos e liberais, representando predominantemente os interesses de empresários locais, contribuíram com a perseguição e difamação de um movimento de inspiração fascista que, no caso de Jaraguá, abalou o equilíbrio das tensões entre a elite político-empresarial e os trabalhadores rurais.

O percurso de Müller oferece, então, uma perspectiva vantajosa para a compreensão da dinâmica política e social de Santa Catarina, especialmente nas regiões de colonização alemã, durante a primeira metade do século XX. A análise de suas estratégias permite questionar a visão dicotômica entre “colaboracionismo” e “resistência”, revelando as múltiplas formas de acomodação e negociação que permearam a vida social e política catarinense durante esse período. O caso de Müller demonstra como a “experiência nacionalizadora” em Santa Catarina foi moldada por agentes locais que, como Müller, transitaram entre os interesses da comunidade e as imposições do Estado, muitas vezes utilizando a própria Campanha de Nacionalização como instrumento de consolidação de poder. Claro está que a relação entre o caso aqui analisado e as estruturas mais amplas em que se encon-

tram as condições de mediação política e cultural em Santa Catarina, do período em questão, ainda demanda mais estudos. Por outro lado, é possível perceber a vantagem heurística que esse tipo de análise sócio-histórica, marcada por uma variação de escalas analíticas e preocupada com a dinâmica relacional das multidimensões da vida social, oferece em casos em que as fronteiras dos diferentes domínios da agência humana são permeáveis e intercambiantes.

## Referências

- BARBOSA, J A. Emílio da Silva e seu século. Jaraguá do Sul: Design Editora, 2011. 872 p.
- BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- BOURDIEU, P. The forms of capital (1986). *Cultural theory: An anthology*, v. 1, p. 81-93, 2011.
- BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento, Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In: BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas, v. 2, 1982, p. 295-336.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939. Dispõe sobre o processo de naturalização e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 nov. 2024.
- CAMARGO, F. C. R. Do tombamento à chancela: o estabelecimento do bairro rio da luz como paisagem cultural brasileira e seu contexto urbanístico (Jaraguá do Sul 2007-2013). 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

- CAMPOS, S. S. Mapeamento da informática educativa nas escolas municipais de Jaraguá do Sul/SC. 2004. 154 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004.
- CAVALETTI, L. A. *O Integralismo e o teuto-brasileiro*: Joinville (1930-1938). 1998. 100 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil Meridional) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- CDP. Periódico bilingue. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul-SC, 1929, 1930, 1934, 1935, 1936, 1938, 1942, 1945, 1950.
- COIMBRA, M. G. L. B. *A cultura do trabalho em Jaraguá do Sul: um estudo sobre as trabalhadoras da indústria têxtil-vestuarista*. 2013. 252 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- CORADINI, O. L. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 125-144, 2003.
- CUNHA, M. C. Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível. In: CUNHA, M. C. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 97-108.
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Tradução de Maria Luísa R. Ferreira. Braga-PT: Ed. Pax Limitada, 1980.
- EVANGELISTA, E. *Os desafios da integração curricular no ensino profissional do Instituto Federal de Santa Catarina: o caso do projeto integrador*. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2012.
- FALCÃO, L. F. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí-SC: Ed. Univali, 2000.
- FÁVERI, M. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- FELIPE Schmidt. *Memória política de Santa Catarina*. Disponível em: [https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1170-Felipe\\_Schmidt](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1170-Felipe_Schmidt). Acesso em: 09 nov. 2024.
- FÚLVIO Aducci. *Memória política de Santa Catarina*. Disponível em: [https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/331-Fulvio\\_Aducci](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/331-Fulvio_Aducci). Acesso em: 09 nov. 2024.
- FERNANDES, M. L. *Origens da imprensa em municípios catarinenses*. Florianópolis: Adjori, 2009.
- FERREIRA, C. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998.
- GAEDTKE, K. M. *As relações intersetoriais nos conselhos municipais de saúde: um estudo de caso nos conselhos de Joinville, Jaraguá do Sul e Balneário Barra do Sul – SC*. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- GONÇALVES, B. L. *Conjunto Rural de Rio da Luz – Jaraguá do Sul/SC: percursos e desafios da patrimonialização*. 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2021.
- GOULARTI FILHO, A. Entre modernização e obsolescência: a trajetória da Companhia Telefônica Catarinense (1927-1969). *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul-RS, v. 26, p. 1-28, 2021.
- GRILL, I. G. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios. In: SEIDL, E; GRILL, I. G. (org.). *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 227-278.
- GRILL, I. G. “Famílias”, ascensão social e alinhamentos partidários no Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 43, n. 2, p. 137-157, 2012.

- HACKENHAAR, C. *O Integralismo em Santa Catarina e a tentativa de golpe de março de 1938*. 2019. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- HACKENHAAR, C. *O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): política, trabalho e terra*. 2014. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- JARAGUÁ. Periódico bilingue (Port./Alemão). *Jaraguá: Semanário Nacionalista*, Jaraguá do Sul-SC, 1934, 1936.
- KITA, S. R. T. *Os reflexos da nacionalização do ensino nas escolas públicas e particulares de Jaraguá do Sul*. 1998. 56 f. TCC (Graduação) – Curso de História, Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 1998.
- KRAISCH, S. D. *Participação na territorialização do desenvolvimento turístico rural nos municípios da SDR de Jaraguá do Sul (SC)*. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009.
- LAHIRE, B. *L’homme pluriel: les ressorts de l’action*. Paris: Armand Colin, 2005.
- LAUS, S. P. *A UDN em Santa Catarina, 1945-1960*. 1985. 336 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1985.
- LOPES, S. M. *Nós somos Húngaros! História, cultura e tradição húngara em Jaraguá do Sul/SC*. Jaraguá do Sul-SC: Design Editora, 2013.
- MACHADO, G. S. *Memória histórica e autobiografia no Museu Histórico Emílio da Silva: as “narrativas tácitas” e os silenciamentos explícitos de uma coleção*. 2019. 128 f. TCC (Graduação) – Curso de Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- MACHADO, G. S. *Memórias em desagravo: integralismo e revisionismo no Museu Histórico Emílio da Silva (2001-2016)*. 2023. 246 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.
- MACHADO, G. S.; NEDEL, L. *O sigilo como regra, a lembrança como exceção: rastros do integralismo nos fundos privados do arquivo histórico de Jaraguá do Sul*. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, jan./abr. 2025 [prelo].
- O PUNHAL nazista no coração do Brasil. Santa Catarina. Delegacia de Ordem Política e Social. *Imprensa Oficial*, 1943, p. 129-130.
- PFIFFER, A.; KITA, S. R. T. *Baependi: 100 anos de muitas histórias*. Jaraguá do Sul-SC: Design Editora, 2008.
- PIAZZA, W. F.; ANDERLE, J. *Dicionário político catarinense*. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- PIOTTO, C. O. *O SENAI e o ensino profissionalizante em Santa Catarina: o caso de Jaraguá do Sul (1975-2015)*. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.
- REIS, E. T.; GRILL, I. G. *Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil*. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, p. 137-159, 2017.
- REIS, J. C. *Os Annales: a renovação Teórico-Metodológica e “Utópica” da História pela reconstrução do tempo histórico*. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). *História e História da Educação: o debate Teórico-Methodológico Atual*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998, p. 25-49.
- REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- RIEHEL, D. *Memórias de Agulhas: manifestação artesanal das bordadeiras de Jaraguá do Sul, Santa Catarina*. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.
- RODRIGUES, F. B. *Memórias de práticas educativas no Colégio Santo Antônio (Blumenau-SC)*. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 14, 2018. Campinas. *Anais eletrônicos [...]*. Campi-

- nas: ABHO, 2018. p. 1-14. Disponível em: [https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524143569\\_ARQUIVO\\_Artigo-Memoria-seducativasnoColegioSantoAntonio\(Blumenau-SC\).pdf](https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524143569_ARQUIVO_Artigo-Memoria-seducativasnoColegioSantoAntonio(Blumenau-SC).pdf). Acesso em: 12 ago. 2024.
- SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. 2007.
- SCHÖRNER, A. **A pedra, o migrante e o morro: feridas narcísicas no coração de Jaraguá do Sul/SC-1980-2000**. 2006. 228 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2006.
- SCHROEDER, C. H.; CHIODINI, J. **Além da tribuna: a construção da cidadania através do Poder Legislativo**. Jaraguá do Sul-SC: Design, 2019.
- SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. **A história da imprensa de Jaraguá do Sul e Vale do Itapocu**. Jaraguá do Sul: Correio do Povo, 1999. 175 p.
- SCHMÖCKEL, E. V. **Artur Müller: no centenário de seu nascimento**. Jaraguá do Sul: Gráfica e Editora CP, 1995.
- SCHMÖCKEL, E. V. **Memória jaraguense: o Integralismo, o Estado Novo – 60 anos, A noite dos tambores silenciosos e o assassinato de Ricardo Gruenwaldt**. Jaraguá do Sul/SC: Gráfica e Editora CP, 1997.
- SCHMÖCKEL, E. V. **Política, políticos, folclore & Cia.:** (coletânea de comentários publicados em jornais do interior do estado de Santa Catarina). Jaraguá do Sul: Ed. do Autor, 1994. 72 p.
- SEIDL, E. **Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites**. In: SEIDL, E.; GRILL, I. G (orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2013. p. 179-226.
- SEYFERTH, G. **Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro**. *Mana*, Rio de Janeiro, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 61-88, out. 1999.
- SEYFERTH, G. **A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica**. In: MAUCH, Cláudia. VASCONCELLOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.
- SEYFERTH, G. **Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SILVA, Emílio. **O II livro Jaraguá do Sul: um capítulo na povoação do Vale do Itapocu**. Jaraguá do Sul, 1976.
- SILVA, E. **Jaraguá do Sul: a povoação do Vale do Itapocu**. Jaraguá do Sul-SC: Ed. do Autor, 2005.
- SOTO, A. E. R. **Patrimônio industrial edificado urbano de Jaraguá do Sul-SC: inventário das principais indústrias implantadas entre 1900 e 1960**. 2010. Tese (Doutorado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- STULZER, A. **O primeiro livro do Jaraguá**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- TERNES, A. **Acij's 70 anos**. Jaraguá do Sul-SC: Design Editora, 2008
- WENDLAND, D. **Integralismo, círculo operário católico e sindicatos em Joinville (1931-1948)**. 2011. 224 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- WOLF, E. **Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México**. In: WOLF, E. **Antropologia e poder: contribuições de Eric R.Wolf**. Organização de Gustavo Lins Ribeiro e Bela Feldman Bianco. Brasília; São Paulo; Campinas: Ed. UnB; Imprensa Oficial; Ed. Unicamp, 2003. p. 73-92.
- ZANELATTO, J. H. **Região, etnicidade e política: o Integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930**. 2007. 373 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

## RESUMO

Este artigo examina as estratégias de mediação política e cultural de Artur Müller, empresário-político teuto-brasileiro de Jaraguá do Sul (SC), durante o Estado Novo (1937-1945). A análise do percurso político de Müller revela como a “experiência nacionalizadora” em Santa Catarina foi moldada por agentes locais que transitaram entre os interesses da comunidade e as imposições do Estado. O estudo reconstitui o contexto sociopolítico de Jaraguá do Sul na primeira metade do século XX, analisa a trajetória de Müller desde sua chegada ao município até sua atuação durante o Estado Novo, e discute como suas habilidades de mediação e suas redes de influência lhe permitiram navegar pelas tensões da época, equilibrando interesses pessoais e comunitários. A pesquisa utiliza fontes como leis, publicações de jornais, relatórios coloniais, correspondências e biografias, demonstrando como Müller se adaptou ao regime autoritário, colaborando com a “Campanha de Nacionalização” e consolidando seu poder local.

## PALAVRAS-CHAVE

Multinotabilidade. Campanha de Nacionalização. Mediação. Integralismo. Jaraguá do Sul.

## ABSTRACT

This article examines the political and cultural mediation strategies of Artur Müller, a Teuto-Brazilian businessman and politician from Jaraguá do Sul, Santa Catarina, during the Estado Novo period (1937-1945). Analysis of Müller's trajectory reveals how the “nationalizing experience” in Santa Catarina was shaped by local agents who navigated between community interests and state impositions. The study reconstructs the sociopolitical context of Jaraguá do Sul in the first half of the 20th century, analyzes Müller's path from his arrival in the municipality to his actions during the Estado Novo, and discusses how his mediation skills and influence networks allowed him to navigate the tensions of the time, balancing personal and community interests. The research utilizes sources such as laws, newspaper publications, colonial reports, correspondence, and biographies, demonstrating how Müller adapted to the authoritarian regime, collaborating with the “Nationalization Campaign” and consolidating his local power.

## KEYWORDS

Multinotability. Nationalization Campaign. Mediation. Integralism. Jaraguá do Sul.

Recebido em: 30/12/2024

Aprovado em: 28/03/2025